







OFFICIO,
E DOCUMENTOS

DIRIGIDOS

A'S

CORTES GERAES, EXTRAORDINARIAS,

E CONSTITUENTES

D A

NAÇÃO PORTUGUEZA,

PELA JUNTA PROVISORIA DO GOVERNO DA PROVINCIA
DE PERNAMBUCO.



LISBOA
NA IMPRENSA NACIONAL.

ANNO DE 1822.

OFFICIO

E DOCUMENTOS

ELIGIDOS

8.º

CORTES GERAES EXTRAORDINARIAS

*Faz-se esta Edição por Ordem das Cortes : ficando prohibida
a reimpressão por qualquer particular.*

NAÇÃO PORTUGUEZA

EM JUSTA PROPOSICAO DO GOVERNO DA PROVINCIA

DE BERNARDO



LISBOA

NA IMPRESSA NACIONAL

ANNO DE 1822

OFFICIO,

E DOCUMENTOS

DA

JUNTA PROVISORIA DO GOVERNO DA PROVINCIA

DE PERNAMBUCO.

Senhor — Pela copia N.º 1 verá Vossa Magestade os sentimentos, que na franqueza do nosso character temos levado á presença de Sua Alteza Real o Serenissimo Senhor Dom Pedro, assim ácerca do Requerimento dos Povos do Rio de Janeiro para a continuação da sua residencia no Brazil, e da generosa resolução, que havia tomado, de ficar entre nós, para mais estreitar os laços de união dos dous Reinos de Portugal, e Brazil, e das Provincias entre si deste vasto continente, como ácerca dos Decretos de Vossa Magestade do 1.º e 29 de Setembro do anno passado, e 11 de Janeiro do corrente. Se a nossa opinião sobre alguma das disposições do sobredito Decreto, e a nossa desconfiança sobre a remessa de Tropas para esta Provincia, não erão bem fundadas, ellas com tudo em nada tnhão alterado o nosso dever, e a fé do juramento, que haviamos prestado. Embora a intriga, ciosa da felicidade, que nos está preparada, tenha procurado denegrir os nossos sentimentos; a prudencia, firmeza de character, a fidelidade ao juramento prestado, o amor da Liberdade Constitucional, e huma indelevel união com os nossos Irmãos de Portugal, são os faroes, que nos guião na estrada do dever, e da honra. Em prova disto, Senhor, temos a honra de levar á consideração de Vossa Magestade a copia N.º 2 do nosso Officio de 26 do corrente a S. A. R. o Principe Regente do Brazil, em resposta á Portaria, e De-

creto N.º 3, e 4, que hontem mesmo recebêmos ; e a nossa repugnancia , a pezar do respeito , e amor , que tributamos a S. A. R. , em dar execução a hum Decreto , que nos pareceo encontrar com as attribuições de Vossa Magestade , promover o Despotismo Ministerial , e aberrar dos principios , em que deve basear o Edificio Constitucional da Monarquia Portuguesa , acabará de convencer a Vossa Magestade , que os Pernambucanos , com quanto tenham tido a desgraça de serem mal conceituados por alguns Illustres Membros , que compõem o Soberano Congresso , não são com tudo indignos da Protecção de Vossa Magestade , e que na sua ignorancia sabem pelo menos conhecer os seus direitos , e dever , e são merecedores pela sua franqueza da liberdade , que lhes afianção as Bases da nossa Constituição.

Deos guarde a Vossa Magestade , como nos he mister , e cordialmente o desejamos. Palacio da Junta Provisoria do Governo da Provincia de Pernambuco 27 de Março de 1822, Gervasio Pires Ferreira , Presidente — Bento José da Costa — Joaquim José de Miranda — Manoel Ignacio de Carvalho — Filippe Neri Ferreira — Antonio José Victoriano Borges da Fonseca. — Laurentino Antonio Moreira de Carvalho, Secretario.

N.º 1.º
Senhor — Diversos Periodicos , vindos dessa Provincia , tem annuciado a generosa resolução de Vossa Alteza Real de ficar no Brazil , para servir de ponto de união , assim ás suas Provincias entre si , como á destas com o Reino de Portugal ; união a todos os respeitos necessaria , mórmente nas circumstancias presentes. A lembrança dos nossos caros Irmãos de S. Paulo foi tão feliz , e politica , quanto nobre a resolução de Vossa Alteza Real , para deixarmos de louvar áquelles o denodado Patriotismo , que os caracteriza , e de agradecer a Vossa Alteza Real o vivo interesse , que toma pelos Portuguezes deste Novo Hemisferio. Em verdade, Senhor , não era preciso muita perspicacia para descortinar-se a cilada , que alguns Aulicos , surprehendendo as sempre justas intenções do Soberano Congresso , havião formado contra a nascente liberdade de Portugal , e Brazil. Era-lhes preci-

so enfraquecer-nos, para melhor nos opprimir; e para enfraquecer-nos, era-lhes preciso dividir-nos. A esse fim lançarão suas primeiras vistas sobre o Brazil, o braço direito da Monarquia; e apoderados ao mesmo tempo de hum desprezível espirito de partido, procurarão fomentar a mais inconstitucional rivalidade, enviando-nos Tropas de Portugal, não necessarias, ou requeridas, e com soldos, e vencimentos por extremo gravosos á Fazenda das Provincias, debaixo do especioso pretexto de auxiliarem a nossa tranquillidade, e livrarem-nos dos estragos da anarquia. Felizmente os acontecimentos nesta em os dias 29 de Novembro passado, e 25 de Janeiro do corrente, devem ter mostrado ao Soberano Congresso a impolitica de Tropas destacadas de huma Provincia para outra, qualquer que seja a sua denominação, para que seja preciso mais do que indicar as suas causas. O Requerimento dos Povos desta Provincia para o embarque do Batalhão de Portugal, que nesta se achava, e o resultado do grande Conselho, que a prudencia nos obrigou a convocar, e que tomamos a liberdade de levar por copia á consideração de Vossa Alteza Real, confirmará esta verdade politica. A esse fim, tornamos a repetir, sendo preciso determinar a forma dos Governos, que devião provisoriamente reger as Provincias do Brazil, em quanto não fosse decretada pela Constituição, e com audiencia de todos os seus Deputados, a que devia ser permanente, debaixo da mais bem entendida formula para a escolha dos Membros, que o devião compor, qual a da pluralidade de votos dos seus Eleitores de Paroquia, o Decreto do 1.º e 29 de Setembro, pelas suas particulares e exoticas disposições, tirou-lhes toda a força, e energia, privando-os de attribuições, que lhes erão naturalmente devidas, e creando com essas attribuições outros Governos na mesma Provincia, para paralyzar a marcha daquelloutros, com que se procurava illudir a innocente credulidade dos Povos. Em execução do machiavelico axioma politico: *Divide, et imperas*, erigirão-se na mesma Provincia hum Governo de Armas, huma Junta de Fazenda, hum Commandante de Marinha, huma Administração de Justiça com Chefes nomeados pelo Governo Executivo, independentes do Governo da Provincia, e só áquelle responsaveis. A pratica de hum semelhante systema nesta Provincia tem vindo em

soccorro da razão , para convencer a sua monstruosidade , quando não manifestasse claramente , que elle tinha sido acintemente lembrado , para tirar-se partido da collisão , que necessariamente devia entre elles haver , em damno da Constituição , que se havia proclamado. Felizmente a nossa prudencia , ou energia , tem evitado as tristes consequencias de hum tal systema nesta Provincia , ainda ulcerada pelo despotismo da passada Administração , e enthusiasmada pela liberdade , que lhe segurão as Bases da Constituição , a que se julga com direito , como herdeira do patriosismo dos Vieiras , Vidaes , e Dias. Todavia , Senhor , muito nos anima a esperança de que o Soberano Congresso , desassombrado dos prestigios , com que alguns Aulicos o procurão illudir sobre os sentimentos dos Povos do Brazil , para desviareem sua attenção dos criminosos motivos , que os dirigem , haja de ter em vista na Lei da creação dos Governos das Provincias , que as deste Reino do Brazil , pela sua localidade , extensão , differença de clima e costumes , e distancia do Poder Execctivo , não estão na mesma razão , que as Provincias de Portugal , para lhes poder ser applicavel a mesma organização de Governos. Deveria bastar , Senhor , ao Machiavelismo anticonstitucional passos tão agigantados ; ligado porém com o espirito de partido , e de rivalidade , avançou a mais ; e o Decreto de 11 de Janeiro correspondeo aos seus intentos de dominação absoluta , e dependencia colonial do Brazil , sem se lembrarem da categoria de Reino , a que este já tinha sido elevado , e a que estava acostumado. Sem se lembrarem , tornamos a repetir , que os Brasileiros , com quanto tenham por muitos annos gemido em silencio debaixo dos ferros do despotismo , não tinham nascido para escravos , e menos para supportarem de bom grado a renovação do antigo captiveiro. Obrigados por esse Decreto a recorrermos ao Velho Mundo para a final decisão dos nossos direitos , e para a confirmação do mais insignificante emprego civil , militar , fiscal , e judiciario , não podia esquecer aos nossos Irmãos Paulistas , nem a nós , que em pouco seriamos igualmente forçados a recorrer a Lisboa , para nos supprir , como dantes , dos generos de industria estrangeira , de que precisavamos , e que por consequencia era necessario requerer a presença de V. A. R. neste Rei-

no do Brazil, para acautelar similhante desaguizado , que tanto comprometteria a nossa particular tranquillidade , e a necessaria união dos dous Reinos de Portugal , e Brazil. Em verdade , Senhor , só cabeças pouco pensantes , e ignorantes do espirito publico do Brazil , e do progresso do Systema Constitucional neste Novo Mundo , poderião lembrar-se da possibilidade de nelle estabelecer huma tal ordem de cousas. Não podemos com tudo occultar a V. A. R. , que supposto nos admirasse a instauração da Meza da Inspeccão , determinada por aquelle Decreto , por termos-nos pelo contrario já lembrado da sua abolição nesta , pela sua reconhecida inutilidade , mórmente quando se attenta ao seu fim , não podemos todavia achar tão má , como o tem parecido aos Redactores dos diversos Periodicos , que nos tem vindo á mão , a extincção desse exercito faustoso de tribunaes , e empregados publicos , que , alem de inúteis a huma boa Administração , tanto gravão a fazenda nacional dessa Provincia , e tanto peção em ultima analyse sobre a sua subsistencia , para que hajamos de applaudir , ou reprovar sem distincção , huma , ou outra cousa. Tendo-nos talvez , Senhor , anticipado aos nossos caros Irmãos das Provincias do Sul em levar á presença do Soberano Congresso , e nos termos devidos , as nossas reflexões sobre os inconvenientes , que a pratica tem descoberto na execução de tão monstruoso systema de Governos , não podemos com tudo deixar de agradecer-lhes a lembrança , que nos trouxe o grande bem da presença de V. A. R. ; tanto mais , que sendo a resolução de V. A. R. fundada em principios de justiça , tendente a firmar a união dos dous Reinos da Monarquia , e apoiada em exemplos de muitas Nações , e da nossa propria , não he de esperar , seja desapprovada pelo Soberano Congresso , cujas beneficas vistas só mirão á felicidade da grande Familia Portugueza. Congratulando-nos pois de antemão com elles , ser-nos-ha sobremaneira agradavel a confirmação de noticias tão importantes , e que o Soberano Congresso , annuindo ao voto geral dos Portuguezes Brasileiros , na residencia entre nós de V. A. R. , e distinguindo o Governo Politico de huma Nação do dos Reinos , que a compõem , e do Administrativo , e Económico das suas respectivas Provincias , haja de fazer parar quanto antes , e com huma melhor organização de Go-

vernos , a devoradora marcha do incendio , que espiritos mal intencionados , ou malignos , procurão soprar entre os Membros da mesma Familia Portuguesa. Os Ceos prosperem nossos votos , e guardem a V. A. R. , como cordialmente o desejão , quem se honra de ser com o mais profundo acatamento De V. A. R. subditos respeitosos , e leaes — Gervasio Pires Ferreira , Presidente — Bento José da Costa — Joaquim José de Miranda — Filippe Neri Ferreira — Antonio Victoriano Borges da Fonseca — Manoel Ignacio de Carvalho — Laurentino Antonio Moreira de Carvalho , Secretario. — Recife de Pernambuco 18 de Março de 1822.

N.º 3.

Havendo sido presente a Sua Alteza Real o Principe Regente , que o Povo desta Provincia , nem quer , nem póde resolver-se a consentir , que desembarquem as Tropas , que de Portugal se dirigem a esta Corte ; não só porque receia , que se renovem aquelles insultos , inquietações , e attentados contra a segurança publica , e individual , que tiveram logar pendente os ultimos desastrosos tempos da residencia da Divisão Portuguesa auxiliadora nesta Capital , como porque a Provincia , cansada sobre maneira com os esforços , que acaba de fazer com os aprestos indispensaveis para o transporte daquella Divisão , soldos adiantados , gratificações , comedorias , e saldo de contas , não póde fornecer o necessario para a subsistencia , e regresso das ditas Tropas ; e finalmente porque o desembarque dellas he , não só inutil , mas perigoso á conservação da união , e integridade do Reino Unido : e sendo por tanto indispensavel procurar por todos os meios prevenir os males , que disso possão resultar : Manda Sua Alteza Real pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra , que o Governo Provisorio da Provincia de Pernambuco , no caso eventual de aportar ahi por qualquer motivo a Tropa , que de Portugal aqui se dirige , lhe intime , pelos ponderosos motivos , que ficão expendidos , a Sua Real determinação , para que dahi mesmo regressem para aquelle Reino ; fornecendo-lhes o referido Governo Provisorio amplamente para esse fim os mantimentos , e refrescos , de que possão carecer. E espera Sua Alteza Real , que o mesmo

Governo não deixará nesta occasião de se prestar com o zelo, actividade, e energia, que se requer em materia de tanta importancia, e utilidade para a Nação. Palacio do Rio de Janeiro em 17 de Fevereiro de 1822. — Joaquim de Oliveira Alves.

N.º 2.

Senhor — Pelo nosso Officio de 18 do corrente terá Vossa Alteza Real visto os nossos sentimentos ácerca dos Decretos do Soberano Congresso de 1, e 29 de Setembro passado, e 11 de Janeiro do corrente, que os Periodicos dessa indicavão como a causal dos Requerimentos dos Povos para a continuação da residencia de Vossa Alteza Real neste Reino do Brazil; assim como a nossa esperança de que o mesmo Soberano Congresso houvesse de approvar a generosa resolução, que Vossa Alteza Real havia tomado, de espaçar a sua retirada, como fundada em justiça, tendente a firmar a união dos dous Reinos de Portugal, e Brazil, e especialmente a das Provincias deste vasto Reino entre si. Congratulando-nos com os nossos Irmãos das Provincias do Sul por huma tão feliz lembrança, dirigimos a Vossa Alteza Real os nossos mais sinceros agradecimentos pelo interesse, que Vossa Alteza Real tomava na manutenção da harmonia social da grande Familia Portugueza, e da felicidade deste Reino do Brazil. Achavamos-nos, Senhor, neste estado de lisongeiras esperanças, que felizmente ainda não se evaporarão, quando o Commandante do Correio Dona Maria Francisca, com destino para Lisboa, nos entregou huma Portaria, em Nome de Vossa Alteza Real, expedida em 17 de Fevereiro passado pela Secretaria dos Negocios da Guerra, relativa ao regresso da Expedição destinada para essa Provincia, no caso eventual, que tocasse neste porto, e hum Decreto de 16 de Fevereiro, impresso, e avulso, para a convocação dos Procuradores Geraes de Provincias, que devem formar hum Conselho nos termos, e com as attribuições no mesmo Decreto declaradas. Tão francos, quanto firmes, e leaes ao nosso juramento de obediencia ás Cortes Geraes, Extraordinarias, e Constituintes da Nação Portugueza, ao Augusto Pai de Vossa Alteza Real, ElRei o Senhor Dom João VI, e a Vossa Alteza Real

em tudo, que não se oppuzer á Sua Soberana vontade, não podemos com tudo deixar de levar á alta consideração de Vossa Alteza Real: Primeiro, que achando-se aquella Portaria firmada por pessoa, de cuja authoridade não estavamos prevenidos de antemão por Vossa Alteza Real, a sua execução poderia comprometter, ou o nosso dever para com Vossa Alteza Real, ou a paz, e tranquillidade, de que felizmente gozamos, se por ventura aquella Expedição já não tivesse seguido o seu destino. Segundo, que, supposto achassemos muito para louvar a lembrança dos nossos Irmãos das Provincias do Sul em requererem a continuação da residencia de Vossa Alteza Real entre nós, e muito para agradecer a nobre resolução de Vossa Alteza Real em annuir a essa pertença, com tudo julgamos não dever aventurar passo algum em artigo tão importante, sem a resolução do mesmo Soberano Congresso; tanto mais, que não lhe podem ser estranhos os poderosos motivos, e razões, que urgem a residencia de Vossa Alteza Real neste Reino; assim como huma nova forma de Governos Provinciaes, que mais concorra para a sua união, e força, que desgraçadamente alguns Aulicos procurão solapar. Debaixo pois deste ponto de vista, não podemos deixar de rogar a Vossa Alteza Real, haja de não estranhar-nos, em sua alta bondade, a necessaria demora na execução do sobredito Decreto; tanto mais, que ao primeiro golpe de vista parece-nos, que as suas disposições se encontrão com as attribuições do Soberano Congresso, e de ElRei, e com o juramento de obediencia, que lhe havemos prestado á face do Universo, quando não tendão a estabelecer a arbitrariedade dos Ministros de Vossa Alteza Real neste Brazil, pela influencia, que necessariamente lhes deve resultar da sua assistencia, e voto em hum Conselho de Procuradores de Provincias, privados por esse mesmo facto da liberdade de votar. Além de que, dependendo esse mesmo Direito Consultivo, que se concede pelo Decreto aos Procuradores de Provincia, da vontade dos Ministros para a sua convocação, elle se apresenta sobre maneira illusorio, para poder allucinar a Cidadãos experimentados nas traças do despotismo, e por extremo ciosos da liberdade, que lhes afiança a Sagrada Constituição. Estas reflexões, que naturalmente decorrem do enunciado do sobredito Decreto, a con-

fiança , que temos nos sentimentos constitucionaes de Vossa Alteza Real, o interesse, que Vossa Alteza Real tem desenvolvido pela felicidade dos Povos deste vasto continente do Brazil , e sobretudo , Senhor , o acolhimento , que a verdade sempre achou em Vossa Alteza Real , são os poderosos motivos, que nos animão , e nos obrigão a rogar a Vossa Alteza Real , queira desconfiar dos Ministros , que aconselharão similhante medida, como tendente a desharmonizar os Membros da grande Familia Portugueza , e a restabelecer o antigo Despotismo Ministerial. Queira Vossa Alteza Real desconfiar , tornamos a repetir , desse exercito faustoso, e inutil de empregados publicos , que o cercão , e que para se perpetuarem na ociosidade, mando , privilegios, e interesses, de que gozão á custa da liberdade e fazenda dos Cidadãos, não duvidão sacrificar a mesma Constituição , e a nossa fraternal harmonia. Talvez nos engane o cioso zelo , de que estamos apoderados, pela causa da Nação ; talvez, que outro seja o sentido virtual do Decreto : seremos contentes com a verificação do nosso erro ; e então duplicados serão os motivos de amor , respeito , e fidelidade , que tributamos á Pessoa de Vossa Alteza Real , a quem Deos guarde, como nos he mister , e cordialmente o desejamos

Palacio da Junta Provisoria de Pernambuco em 26 de Março de 1822. — De Vossa Alteza Real subditos obedientes, e leaes — Gervasio Pires Ferreira , Presidente — Bento José da Costa — Joaquim José de Miranda — Filippe Neri Ferreira — Antonio José Victoriano Borges da Fonseca — Manoel Ignacio de Carvalho — Laurentino Antonio Moreira de Carvalho , Secretario — Conforme — Laurentino Antonio Moreira de Carvalho , Secretario.

O Documento N.º 4 he o Decreto de S. A. R. já impresso , e que se acha junto a huma carta do mesmo Senhor de 16 de Fevereiro de 1822.

1111





